

Entrevista concedida por Sérgio Mattos a Rosane Santana e publicada no jornal A TARDE, capa do Caderno 2 do dia 10 de janeiro de 1989.

Sérgio Mattos:
"A imprensa passa por uma crise
de qualidade e de identidade"

Formado em Jornalismo pela Universidade Federal da Bahia (UFBA.), com mestrado e doutorado em comunicação pela Universidade do Texas (EUA), Sérgio Mattos, 40 anos, participou das mudanças ocorridas na imprensa baiana no final dos anos 60. Ao completar 20 anos de jornalismo, ocupa o cargo de editor de A TARDE Municípios e, também, é professor adjunto da UFBA., tendo integrado a lista sêxtupla como candidato a Reitor no ano de 1988. Publicou nos EUA dois livros com estudos técnicos: "The Development of Communication Policies Under The Peruvian Military Government", em 1981, e "The Impact of The 1964 Revolution on Brazilian Television", em 1982. Sérgio, que também é poeta, vai comemorar os 20 anos de literatura com o lançamento do livro "Estandarte", em breve.

Rosane Santana

- Como se deu sua opção por jornalismo?

Sérgio Mattos - Conscientemente. Fiz vestibular tendo o jornalismo como primeira opção, numa época em que fazer jornalismo ou ser jornalista significava, na visão de muitos, um futuro negro, passar fome, boêmia etc. Observe-se que me iniciei no jornalismo, amador, naturalmente, muito tempo antes do vestibular, uma vez que já participava, ainda na adolescência, de grupos de jovens, produzindo jornalinhos de bairro, jornais murais na escola, chegando, até mesmo, a colaborar com o jornal da Arquidiocese. Quando chegou o momento de fazer o vestibular, eu trabalhava na IBM, ganhando muito bem. Mas abandonei a multinacional para uma dupla aventura: estudar jornalismo e trabalhar num jornal-fantasma. Digo fantasma porque não existia ainda. Era a Tribuna da Bahia, que, sob o comando de Quintino de Carvalho, estava selecionando universitários para preparar o grupo que deveria renovar a imprensa baiana. Sou, portanto, parte integrante do grupo que fundou a Tribuna da Bahia, tendo começado lá mais de um ano antes do jornal começar a circular. Guardo até hoje a carteirinha de identificação da época, como lembrança. O jornal começou a circular em 1969 (21 de outubro de 1969) e desde 1968 eu já era repórter credenciado. Aliás, vale a pena registrar, tenho orgulho de ter integrado aquele time, pois se na história do jornalismo baiano existem os profissionais que integram a geração Mapa, a geração do Jornal da Bahia, existe também a "Geração TB" que, devemos fazer justiça, inovou e "agitou" o jornalismo baiano. Trouxe uma nova linguagem, um novo método de tratar os assuntos, esgotando o tema enfocado, além de trabalhar as notícias com um novo padrão de diagramação, que valorizava o espaço branco, utilizando fotos grandes (para os padrões da época), uma vez que a impressão em offset facilitava estes recursos. A Tribuna da Bahia foi o primeiro jornal em offset da Bahia, forçando os outros a modernizarem, também, seus parques gráficos e sistemas de impressão.

- O que mudou na imprensa nesses últimos 20 anos?

Sérgio Mattos - Muita coisa. Se fossemos fazer uma análise real precisaríamos de um livro para mostrar estas mudanças. Entretanto, podemos destacar que, na Bahia, houve

uma mudança de mentalidade tanto em nível profissional como em nível empresarial. A estrutura do jornalismo local teve que se adequar ao crescimento da cidade do Salvador, que saiu do seu bucólico provincianismo para assumir ares de grande metrópole, de centro turístico e de desenvolvimento econômico. A Bahia deixou de ser um estado meramente produtor de matéria-prima e passou a ter centros e distritos industriais, pólo petroquímico etc. Este processo de industrialização rápido, centrado nas grandes cidades brasileiras, tem evidenciado uma vinculação estreita com o crescimento dos meios de comunicação, porque os centros industriais desencadeiam uma maior concentração populacional nas zonas urbanas, o que contribui para facilitar tanto a circulação da mídia impressa, quanto a penetração da mídia eletrônica. Isto determina também o aumento do faturamento total destes veículos, com as verbas publicitárias provenientes da indústria de consumo.

Se analisarmos o desenvolvimento da imprensa dentro deste contexto sócio-econômico e cultural do estado, vamos chegar à conclusão de que a evolução da imprensa baiana se encaixa, perfeitamente neste quadro. Mas eu destacaria como algo substancial a mudança verificada nesta fase, da qualidade da formação profissional do jornalista. Isto porque foi exatamente durante este período que a profissão foi reconhecida, levando as pessoas que quisessem ser jornalistas a freqüentar as escolas de comunicação. Vale lembrar que as escolas sofreram e ainda sofrem algumas restrições por parte daqueles que criticam o diploma de jornalista como sendo uma reserva de mercado, dentro de uma tendência corporativista. As críticas em alguns pontos são válidas e em outros não merecem crédito. A verdade é que ninguém pode negar que o jornalista que freqüentou a Universidade tem um embasamento teórico mais aprimorado que lhe facilita o crescimento profissional quando no exercício da atividade jornalística no dia-a-dia de uma redação. As afirmativas de que "jornal se aprende na prática e não na escola" e de que "jornalista nasce feito, não se faz em banco de escola" fazem parte do discurso daqueles que são contra as Escolas de Comunicação. Entretanto, ninguém pode negar que quando se une a prática à teoria, o resultado será indiscutivelmente melhor, pelo menos entre aqueles profissionais que realmente se dedicam à profissão e que a escolheram como primeira opção, por vocação e não por modismo.

Uma outra mudança significativa, que se pode destacar durante este período é de caráter qualitativo: o jornalismo ganhou em profissionalismo e perdeu em boêmia. O jornalismo passou a ter uma postura mais ética, o que limitou a atuação dos "picaretas" que infestavam a área. Mas foi também durante este período que o jornalismo conviveu com um regime de exceção durante o qual campearam as arbitrariedades e a censura, que limitaram fortemente o desenvolvimento dos meios de comunicação, embora não conseguissem impedir que os profissionais sérios buscassem novas alternativas para desempenhar as funções básicas dos meios de comunicação de massa: educar, informar, fiscalizar e divertir. Foi durante este período que se desenvolveu também o sentido de prestação de serviços à comunidade.

- Já que você tocou em regime de exceção, qual foi a participação do movimento autoritário de 64 no desenvolvimento da imprensa?

Sérgio Mattos - Esta é uma pergunta interessante e que implica em uma resposta, talvez, demasiadamente longa. Em razão disso, propositadamente vou me restringir a falar sobre a influência no plano estrutural que é menos conhecida do grande público, uma vez que a censura e as perseguições políticas exercidas contra a imprensa entre outras medidas coercitivas vem sendo debatidas abertamente pela sociedade e todos já tem conhecimento do que ocorreu durante o período. Para se ter uma idéia do papel exercido pelo Estado nos últimos 25 anos (de 1964 a 1989), basta que se diga que tudo o que existe hoje em termos de política de comunicação, incluindo-se aqui o estabelecimento de agências reguladoras, foi criado a partir de 1964 pelos governos militares. A criação do Ministério das

Comunicações, em 1967, por exemplo, contribuiu não apenas para a implantação de importantes mudanças estruturais no setor das telecomunicações, como também para a redução da interferência de organizações privadas sobre agências reguladoras, aumentando, em consequência, o crescimento da influência oficial no setor. Antes de 64, a influência governamental na mídia impressa incluía o encorajamento de empréstimos bancários para os jornais pró-governo, a colocação de publicidade oficial em jornais amigos, além de subsidiar os chamados jornalistas "chapa-branca". A partir de 64, até os dias atuais, a participação e influência do Estado no crescimento dos veículos de comunicação tem sido diretamente determinada pelos seus objetivos de promover o desenvolvimento e a modernização do País. Mas, ao tempo em que contribui, direta e indiretamente, para o crescimento dos meios de comunicação de massa, o governo tem usado de mecanismos para controlá-los. Não estamos no referindo aqui à famigerada censura sem critérios que, graças à nova Carta Constitucional, foi definitivamente abolida do nosso País. Estamos falando de pressões políticas e econômicas.

- Como assim?

Sérgio Mattos- Vou tentar explicar: no Brasil, o financiamento dos meios de comunicação tem sido um mecanismo poderoso de controle do Estado, porque todos os bancos são administrados ou supervisionados pelo governo. A concessão de licenças para importação de materiais e equipamentos e o provisionamento, por parte do governo, de subsídios para cada importação têm influenciado e levado os meios de comunicação de massa a adotarem, de um modo geral, posições que se traduzem em apoio às ações governamentais. Se isto não bastasse, o governo adotou também uma série de medidas voltadas especificamente para o controle e modernização da mídia impressa, além da promoção da expansão da capacidade gráfica do país.

- Você poderia ser mais preciso com relação a esta influência sobre a imprensa escrita?

Sérgio Mattos - Claro. Veja só: em 1967, o governo criou o GEIPAG (Grupo Executivo das Industrias de Papel e Artes Gráficas), vinculado ao da Indústria e Comércio, com o objetivo específico de conceder incentivos para a expansão do setor e para criação de novas empresas. Inúmeros foram os jornais, revistas e gráficas que receberam ajuda direta do governo através de projetos aprovados pelo GEIPAG. Como resultado destes investimentos, o tradicional sistema de impressão a quente dos jornais e revistas foram substituídos pelo novo e importado sistema de impressão offset. Sistemas de composição a frio, através de sofisticados computadores, também foram instalados na imprensa brasileira, acelerando e aperfeiçoando a produção. Ironicamente, a modernização da mídia impressa aumentou a dependência dos jornais em relação ao governo. Isto porque o Estado começou a usar a necessidade de permissão oficial para importação de papel e produtos fotográficos, imprescindíveis à impressão offset, como mais uma forma de controle e de pressão sobre a imprensa. Observe-se que, controlando as cotas e concessões de licenças para importação de materiais para impressão, um governo pode limitar ou favorecer o crescimento da circulação de um veículo impresso. Com relação à mídia eletrônica, tanto o rádio como a televisão são concessões oficiais. O sistema brasileiro de radiodifusão é considerado um serviço público sobre o qual o governo exerce controle desde 1922, quando surgiu a primeira emissora de rádio no país.

- Você poderia falar sobre o processo de concessão de canais de televisão?

Sérgio Mattos - O processo de concessão de televisão no Brasil, inicialmente, foi atribuído ao favoritismo político, através do qual a concessão de canais de televisão era feita sem um plano preconcebido. Neste sentido, a proliferação de estações de televisão

começou muito antes de 1964, mais precisamente durante o governo de Juscelino. Depois da criação do Ministério das Comunicações (em 1967), a concessão de canais de televisão começou a ser planejada mais tecnicamente, mas o favoritismo político continuou. A nova Constituição (5 de outubro de 1988) muda esta situação.

- Mudando de assunto. Como foi sua experiência de estudos fora do Brasil?

Sérgio Mattos - Nos Estados Unidos tive realmente uma experiência fantástica entre maio de 1978 e agosto de 1982, quando desenvolvi estudos de pós-graduação e obtive, sucessivamente, os títulos de mestre e doutor em comunicação pela Escola de Comunicação da Universidade do Texas, na cidade de Austin. Na tese de mestrado, abordo o impacto que o Golpe de 1964 teve sobre o desenvolvimento estrutural da televisão brasileira. Já na tese de doutorado eu analiso o modelo econômico brasileiro adotado pelos governos militares para estudar a influência deste no desenvolvimento da publicidade, tanto nacional como a estrangeira, e a influência desta no desenvolvimento global dos meios de comunicação de massa do Brasil.

- E como é a liberdade de imprensa, censura etc. por lá?

Sérgio Mattos - Os Estados Unidos são um País onde podemos encontrar constantes exemplos de como uma imprensa forte e livre é importante para uma nação. Entretanto, podemos dizer que pior do que a censura policial é a censura econômica. E esta pode ser praticada a todo instante em qualquer lugar do mundo e o que é mais grave: às vezes sob às nossas vistas e passando despercebida. A censura econômica se faz mais em função do que está em jogo no grande tabuleiro de interesses políticos-econômicos-sociais no qual os meios de comunicação de massa, principalmente num país capitalista, são peças importantes. Vale dizer que sou contra toda e qualquer censura que venha cercar a liberdade de criação e esta não poderia ser outra a minha posição. Sou de uma geração que ainda não votou para presidente e que, profissionalmente, como jornalista, experimentei, nas redações de jornais, as proibições decorrentes da censura durante o período dos governo militares.

- Como você avalia a imprensa brasileira hoje?

Sérgio Mattos - Diria que a imprensa brasileira de hoje passa por uma crise de qualidade e de identidade. A televisão, entre outros fatores que não podem ser considerados isoladamente, tem influenciado a prática de uma reportagem cada vez mais superficial e forçado o jornalismo impresso a adotar um grafismo um tanto quanto exagerado, preterindo o conteúdo. Este talvez seja um aspecto que deva ser analisado, principalmente pelas Escolas de Comunicação, que são responsáveis pela formação da mão-de-obra que vai atuar no mercado. Em vez disto, ficam a criticar os métodos e técnicas de fazer jornalismo, mas não apresentam nada que substitua o tradicional. Acredito que um dos problemas pode ser superado mediante a produção de pautas criativas que possam realmente ser trabalhadas por profissionais que acreditem na profissão e que vejam nela a importância que tem para a coletividade, formando a opinião, através do reforço educativo e do processo de transmissão da informação correta.

- Muitos criticam a pauta considerando-a não somente um elemento limitador do trabalho jornalístico como também um meio da empresa jornalística impor os temas de seu próprio interesse. O que você diz sobre isto?

Sérgio Mattos - Isto é um mito que está sendo criado por certos grupos sob a desculpa de criar nos jovens jornalistas uma pseudoconsciência para que se rebelem contra a pauta. Entretanto, a realidade se apresenta de modo diferente do que é pregado. Veja só: quando um repórter recebe uma pauta para realizar uma matéria, salvo raras exceções, o

chefe de reportagem não indica quem deve ser ouvido sobre aquele tema. Na prática, o repórter bem informado e que possui uma boa lista de possíveis fontes é quem, na verdade, acaba escolhendo o especialista ou autoridade a ser ouvida. E, naturalmente, esta escolha recai sobre pessoas com as quais o repórter, de alguma forma, se identifica. Logicamente, a publicação da matéria vai depender do editor ou da linha editorial adotada pela empresa. Entretanto, desconheço editor, com sensibilidade e responsabilidade profissional, que não publique uma boa matéria, bem fundamentada e que tenha, realmente, um significado para a comunidade.

- Você, que tem realizado pesquisas na área de comunicação e tem uma formação específica, é a favor ou contra o diploma de jornalista?

Sérgio Mattos- Eu sou a favor do diploma e, logicamente, das escolas de Comunicação. Isto porque acredito que em qualquer profissão, é indispensável a formação sistemática. Observe-se que foi através da exigência do diploma universitário (que implica sistematicamente na reserva de mercado) que a sociedade passou a contar com profissionais capacitados para atuar em áreas específicas, acabando com os charlatães. Foi através da regulamentação, constituição de colegiados e de ordens, por exemplo, que os rábulas e curandeiros deixaram de atuar na área de Advocacia e Medicina. Foi também depois da regulamentação profissional do jornalista que a categoria se fortaleceu, criando um espírito ético-profissional onde não há lugar nem para o jornalismo boêmio dos primórdios nem para os oportunistas que se utilizavam da atividade jornalística para beneficiar pessoas ou instituições em troca de favores pessoais.

- Muitos dos que argumentam contra o diploma lembram o direito que todo cidadão tem de liberdade de expressão...

Sérgio Mattos- Sei, sei... Tenho ouvido muito isto, mas o que talvez esteja passando despercebido, ou propositalmente esquecido por alguns, é um aspecto do problema que acredito seja fundamental: deve ser assegurado a todos os cidadãos o uso de sua liberdade, inclusive na expressão e divulgação de idéias. Contudo, isto não deve ser confundido com a utilização técnica e sistemática dos meios de comunicação para permitir a toda uma população manter-se devidamente informada. Isto requer uma formação específica, só conseguida através de um curso universitário estruturado a partir de uma finalidade bem definida, à semelhança das outras profissões. Através da profissionalização estamos garantindo à sociedade o direito, por ela já conseguido, de ser informada correta e tecnicamente por profissionais qualificados.

- E o Sérgio poeta, como nasceu?

Sérgio Mattos - já nasceu poeta, acredito. Mas, oficialmente, o poeta se tornou público a partir do ano de 1968 quando do lançamento da revista de poesias intitulada "Experimental", que fundei e co-dirigi com um outro poeta-irmão, Ivan Dórea Soares. A partir daí, várias publicações se sucederam. Agora estamos completando 20 anos de literatura.

- Quantos trabalhos você já publicou?

Sérgio Mattos - Vou tentar ordenar os títulos dos livros cronologicamente: o primeiro livro individual foi publicado em 1973, Nas teias do Mundo, antecedido por uma série de publicações em revistas e suplementos literários. Em 1974 participei da antologia Cinco Poetas Contemporâneos. Em 1975, outra antologia: Retina. Neste mesmo ano lancei uma plaqueta intitulada Estudos de Comunicação. Em 1977 foi a vez do livro mais conhecido: O Vigia do Tempo. Em 1978 lancei um livro de crônicas infanto-juvenis, A Batalha do Natal. Em 1979 foi publicado, em inglês, O Vigia do Tempo com o título de

Time's Sentinel. Em 1980, uma editora americana, a "Tejidos Publications", publicou em edição bilingüe o livro Já Não Canto, Choro (I No Longer Sing, I Cry). Em 1985 publiquei o livro Lançados ao Mar. Atualmente estou com outro livro no prelo: Estandarte. Quando em estudos nos Estados Unidos publiquei dois livros técnicos: The Development of Communication Policies Under The Peruvian Military Government, em 1981, e The Impact of the 1964 Revolution on Brazilian Television, em 1982. Acrescente-se a esta relação algumas dezenas de artigos publicados no Brasil e no exterior.